LEONARDO BOFF

Filósofo,teólogo e escritor

Em plena guerra num isralense pulsa o coração de um palestino

A humanida parece estar em plena guerra civil, dado o número de frentes de conflito, Temos a impresão de que não sabemos como sair deste caos destrutivo. O fato é que impera o ódio, a ascensão da extreema direita fascistóide, em váras partes do mundo. Há mottandade coletiva em vários lugares do planeta, especialemente na Faixa de Gaza, na Ucrânia e no Irã. Tais tragédias entre os humanos nos tiram todo o sentido de irmandade.

Apesar disso não morreu a solidariede e o amor até ao inimigo.O seguinte relato,ocorrido tempos atrás, nos mantém viva a esperança de que o ser humano,por cruel que seja, ainda não perdeu sua humanidade mínima.

Mazen Julani era um farmacêutico palestino de 32 anos, pai de três filhos. Vivia na parte árabe de Jerusalém. Quando estava tomando café com amigos num bar, foi vítima de um disparo fatal vindo de um colono judeu.

Era a vingança contra o grupo palestino do Hamás que, pouco antes, havia, por um homem bomba, matado inúmeras pessoas de uma discoteca. O projétil entrou pelo pescoço de Mazen e lhe estourou o cérebro. Levado imediatamente para o hospital israelense mas chegou já morto.

Eis que algo surpreendente aconteceu.O clã dos Julani decidiu aí mesmo nos corredores do hospital, de entregar todos os órgãos do filho morto: o coração, o fígado, os rins e o pâncreas para transplantes a doentes isaelenses. O chefe do clã esclareceu em nome de todos que este gesto não possuía nenhuma conotação política. Era um gesto estritamente humanitário.

Segundo a religião muçulmana, disse, todos formamos uma única família humana e somos todos iguais, israelenses e palestinos. Não importa em quem os órgãos vão ser transplantados. Essencial é que ajudem a salvar vidas. Por isso, arrematava ele: os órgãos serão destinados aos nossos vizinhos israelenses.

Com efeito, ocorreu um transplante do coração. No israelense Yigal Cohen bate agora um coração palestino, o de Mazen Julani.

A mulher de Mazen teve dificuldades em explicar à filha de quatro anos a morte do pai. Ela apenas lhe dizia que o pai fora viajar para longe e que na volta lhe traria um belo presente.

Aos que estavam próximo, sussurrou com os olhos marejados de lágrimas: daqui a algum tempo iremos visitar a Ygal Cohen na parte israelense de Jerusalém.

Ygal Cohen vive com o coração de meu marido e do pai de meus filhos. Será grande consolo para nós, encostar o ouvido ao peito de Ygal e escutar o coração daquele que tanto nos amou e que, de certa forma, ainda está pulsando por nós. E assim fizeram de tempos em tempos.

Não obstante a violência criminosa dos soldados israelenses arrasando quase tudo em Gaza e no Sul do Líbano e martirizando centenas de crianças inocentes nunca se perdeu totalmente o mínimo de humanidade mostrada por este chefe do clã palestino e muçulmano.

A convicção de que somos todos membros da mesma família humana, alimenta atitudes de perdão e de incondicional solidariedade. No fundo, aqui irrompe em nós o melhor que temos: o amor que confere sentido à vida e que move, segundo Dante Alignieri da Divina Comédia, o céu e todas as estrelas. E eu diria, também o coração do clã Julani e da esposa de Mazen e o nosso.

Pelo fato de que este gesto foi possível nos nutre o sonho de que há filhos e filhas da Mãe Terra que ainda têm coração, solidariedade e amor. Assim nem uma IA autônoma enlouquecida será mais forte que o amor. Como dizem as Escrituras dos dois Testamentos: mais forte que a morte é o amor. Efetivamente, quem tem o amor, tem tudo, a vida eterna e Deus.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV

A Santa, o celular e a urna

Nossa Senhora Aparecida virou cabo eleitoral. Na reta final da campanha, ganhou enorme repercussão a informação falsa de que Flávio Bolsonaro queria tirar dela o título de padroeira do Brasil. Era mentira. O caso chegou à Justiça Eleitoral e virou uma disputa sobre desinformação às vésperas da eleição.

Num país em que 56,7% das pessoas se declaram católicas, aquilo não era apenas informação política. Tocava em fé, identidade e pertencimento.

A emoção muda rápido. Às vezes, mais rápido do que uma pesquisa consegue registrar. Mensagens, fotos e vídeos chegam pelo WhatsApp a qualquer hora, inclusive depois que os institutos encerraram suas entrevistas. E na cabine entram a identificação, o medo, a esperança, a raiva e também a rejeição.

A eleição de domingo mostrou o tamanho do espaço que ainda existia para mudanças. Na véspera, o Datafolha dava Lula com 45% dos votos válidos e Flávio com 42%, em empate técnico. Mais revelador era outro número: 13% dos eleitores que já indicavam um candidato admitiam que ainda poderiam mudar de ideia. Entre os que não se identificavam nem com o petismo nem com o bolsonarismo, eram 28%. Na urna, Flávio terminou na frente, com 47,03%, contra 45,16% de Lula.

Isso não significa que a pesquisa tenha "errado" porque não adivinhou o domingo. O dado mais importante estava ali: havia gente suficiente dizendo que ainda podia mudar de voto para mudar também a ordem dos candidatos.

No Rio, a distância entre fotografia e urna foi ainda maior. No Datafolha concluído na véspera, Eduardo Paes aparecia com 46% dos votos válidos e Douglas Ruas com 38%. Quase um em cada cinco entrevistados dizia que ainda poderia mudar de voto. Nas urnas, Ruas chegou a 49,27%, e Paes ficou com 42,76%.

O caso fluminense acrescenta outra camada. Ruas fez da ligação com Jair e Flávio Bolsonaro um de seus principais ativos. Paes fez o movimento contrário: evitou se colar a Lula, justamente para não afastar eleitores bolsonaristas.

Mesmo numa eleição para governador, em que deveriam pesar segurança, saúde, transporte e as contas do estado, pertencer a um lado virou argumento eleitoral. Propostas importam. Mas o eleitor usa atalhos. Muita gente talvez não saiba citar três projetos de um candidato, mas sabe perfeitamente de que lado ele está.

A rejeição funciona da mesma forma. No Brasil, ser "anti" é uma identidade tão forte quanto ser a favor, como apontam David Samuels e Cesar Zucco em sua pesquisa sobre o eleitor brasileiro. Às vezes, votamos menos porque alguém nos entusiasma e mais porque não suportamos a vitória do outro.

E aí entra a ansiedade, não como doença, mas como combustível de campanha: o medo de perder um direito, de piorar de vida, de ver o adversário vencer. Quando alguma coisa parece ameaçada, prestamos mais atenção, procuramos informação e podemos reconsiderar escolhas que pareciam definidas.

Procurar, porém, não garante informação confiável. Significa buscar respostas. E uma delas pode chegar num vídeo de poucos segundos enviado por alguém conhecido.

A mentira sobre Nossa Senhora Aparecida não exigia que o eleitor conhecesse um projeto de lei. Bastava tocar numa crença. Na mesma reta final, também circulou desinformação contra o outro lado: uma capa falsa da revista Veja afirmava que Lula e Janja apoiavam a substituição de Nossa Senhora Aparecida pela umbanda como símbolo religioso do país. O TSE mandou retirar essas publicações.

A emoção não tem partido. A desinformação sabe disso.

Na cidade de Aparecida (SP), onde fica o maior santuário católico do país, Flávio venceu Lula por 58,3% a 32,1%. Não sabemos que efeito aquela mentira teve sobre o voto. E é justamente esse o ponto. Não existe linha reta entre a mensagem que chega ao celular, a emoção que ela provoca e o número digitado na urna.

Até o segundo turno, novas pesquisas tentarão mostrar para onde o eleitor está indo. Continuam importantes. Mas não antecipam a urna. Registram o eleitor naquele momento; a urna o encontra depois de tudo o que aconteceu até lá.

Entre uma coisa e outra, há um celular recebendo mensagens até a hora do voto.

RAQUEL GIRI

Subcomandante da Guarda Municipal Ambiental de Macaé

Cuidar de quem protege

Ao longo de quase três décadas na segurança pública, subindo degrau por degrau em um ambiente ainda permeado por machismo e preconceito, entendi que a trajetória de um agente não pode ser dissociada de sua dimensão humana.

A conciliação entre a maternidade e a carreira, somada às cobranças institucionais e sociais, expôs uma sobrecarga que, como em muitos outros casos, resultou em adoecimento psíquico.

O diagnóstico de burnout, síndrome do pânico e ansiedade após 15 anos de função não foi um caso isolado, mas o reflexo de um sistema que negligencia o cuidado com quem protege.

Dados recentes apontam que o autocídio já supera os óbitos em confronto entre policiais. Esse fenômeno decorre de múltiplos fatores: exposição contínua à violência e às cenas de morte e crime; cultura institucional que estigmatiza o pedido de ajuda psicológica, associando-o à fraqueza e ao risco de prejuízos na carreira; pressão laboral, marcada por jornadas extensas, baixos salários e necessidade de trabalhos paralelos; pressão hierárquica e cobrança social exacerbada, que intensificam o desgaste emocional.

Esses elementos configuram um quadro de vulnerabilidade que compromete não apenas a saúde individual, mas também a eficiência institucional. Um agente fragilizado emocionalmente pode ter sua capacidade de julgamento e tomada de decisão comprometida, impactando diretamente a qualidade do serviço prestado à sociedade. Assim, a saúde mental dos profissionais da segurança pública deve ser compreendida como um tema estratégico para a construção de instituições mais humanas e eficazes.

A literatura acadêmica sobre saúde ocupacional reforça que políticas de prevenção e cuidado são fundamentais. Programas de apoio psicológico, espaços de escuta e campanhas de conscientização devem ser incorporados às corporações, rompendo o ciclo de silêncio e preconceito. Além disso, é necessário preparar lideranças para acolher e legitimar o cuidado como parte da cultura organizacional, reconhecendo que investir na saúde mental é investir na eficiência e na legitimidade da instituição.

Portanto, cuidar de quem protege significa proteger toda a sociedade. A segurança pública não pode ser pensada apenas em termos de armamento, disciplina e enfrentamento, mas também em termos de humanidade, acolhimento e sustentabilidade emocional.

A experiência pessoal aqui relatada, somada às evidências empíricas, aponta para a urgência de transformar o cuidado em política estratégica. Só assim será possível garantir que aqueles que se dedicam a proteger estejam, de fato, protegidos.